



COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

Uma guerra de perdedores

Não há a mais remota chance de a disputa pela presidência do Senado terminar bem para nenhum dos envolvidos e, logo de início, ficam definidos os principais derrotados: o Palácio do Planalto e o próprio Senado.

O Planalto porque, de todo modo, qualquer que seja o resultado final, terá mais uma crise para administrar. E, desta vez, crise com o PMDB, de quem hoje é dependente total nas ações de Congresso.

O Senado perde porque, pela segunda vez em quatro anos, serve de cenário para uma guerra de ambições na qual não há limite para a descompostura. Vale rigorosamente tudo.

Na lista de perdedores, o PMDB – onde se dá a batalha – não conta porque, em matéria de vexame, soma anos de serviços prestados à causa.

A idéia de mudar a Constituição para proporcionar a José Sarney e a João Paulo Cunha mais um período nas presidências do Senado e da Câmara, respectivamente, surgiu no ano passado como uma forma de o Planalto não enfrentar tumultos na base de sustentação parlamentar por causa de disputas pelo comando do Congresso.

De lá para cá, porém, o cenário mudou e, como bem aponta o senador Ramez Tebet, o governo já não tem “força para impor esse casuísmo”.

E o que se tem agora é exatamente o que se queria evitar: uma enorme confusão. Sarney quer a presidência de novo e espera contar com o empenho do Executivo; o líder do PMDB, Renan Calheiros, também quer e alega ser sua a vez, por conta de um acordo agora negado pelos supostos avalistas.

Quando viu que seria atropelado pelos fatos e que a emenda permitindo a reeleição já estava pronta para ser votada em comissão, o senador Calheiros reagiu e, num lance atrevido bem ao seu feitio, confrontou-se com Sarney tentando levar a bancada do PMDB no Senado a fechar questão contra a reeleição.

Ao perceber o potencial de desacerto contido na manobra, a ala mais oposicionista do partido – composta de deputados, vários com assento na direção – incentivou Calheiros e conseguiu disseminar a cizânia, quebrando o equilíbrio ecológico interno do principal partido de apoio parlamentar ao governo.

Ao instalar-se a briga entre aliados de Lula, a confusão caiu no colo do Planalto e terminou ferindo de morte os dois combatentes, pois ambas as candidaturas agora provocam tensão. Se alguma naturalidade havia no processo de sucessão no Congresso, tal condição foi perdida pelo racha entre Calheiros e Sarney.

O Planalto não tem, nesse momento, como optar por um ou por outro; mas também não tem como deixar de tomar partido, pois a neutralidade, na prática, resulta numa escolha. No caso, desfavorável a Sarney.

Veja o leitor o resultado da briga da semana: o governo ficou exposto e viu desorganizar-se o que estava quase perfeitamente organizado na Câmara, onde, agora, animam-se os adversários da tese da reeleição; Sarney sofreu uma derrota por 12 a 2 na reunião da executiva nacional e mostrou-se sem comando nem apoio no partido; Calheiros exibiu-se excessivamente ambicioso e, portanto, pouco confiável, e ainda fez seus inimigos os amigos de Sarney no PFL e no PSDB, reduzindo o potencial de votos no plenário.

O líder do PMDB, ao que consta, considera ter saído vencedor no lance do tudo ou nada.

Talvez não tivesse tanta certeza se levasse em conta o efeito dos excessos de ACM e Jader Barbalho há quatro anos, exatamente por causa de uma disputa pela presidência do Senado movida a ambição desmedida.

Os dois envolveram-se num enfrentamento, cujo placar somou zero. Terminaram por perder os mandatos, voltaram à cena reduzidos a muito menos da metade do tamanho que tinham quando tudo começou e, no meio do caminho, ainda sobrou prejuízo de boa monta ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja base parlamentar desmoronou ali e seguiu dividida até a derrota eleitoral.

Descompromisso

Segunda-feira, diante de uma pouco amistosa platéia de metalúrgicos no ABC paulista, o presidente da República prometeu para “sexta-feira” uma “boa notícia” a respeito da correção da tabela de alíquotas do Imposto de Renda.

Ágil, o Ministério da Fazenda nem esperou o prazo, fez o anúncio na quinta-feira mesmo: o ministro Palocci diz que vai pensar no caso e dará a resposta em 10 dias.

Nem por isso o presidente Lula sentiu-se minimamente obrigado a sequer tocar no assunto nos vários discursos que fez ontem em solenidades oficiais.

A propósito

Hoje faz 46 dias que o ministro José Dirceu prometeu, no prazo de “15 ou 30 dias”, pôr os “pingos nos is” do caso Waldomiro Diniz.